

Textos infames, discursos profanos: a construção de uma cidadania polimorfa nos periódicos políticos oitocentistas no Brasil e Portugal.

Janaina Cardoso de Mello*

Resumo: O surgimento de periódicos de combate político em Portugal, conforme os estudos de Alfredo Cunha, só ocorreu no primeiro quartel do século XIX, estimulado pelas invasões napoleônicas ou pela entrada das idéias revolucionárias e liberais, em luta contra o ideário absolutista. Fundaram-se folhas para defender ou atacar a independência do Brasil. Para Marco Morel e Mariana Barros, o desenvolvimento de uma consciência política no âmbito da esfera pública é marcado por mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e seus domínios ultramarinos. Nesse sentido, o estudo dos espaços de formação de uma opinião pública no Brasil e em Portugal, tendo como mote os movimentos de contestação social como a Cabanada (pernambucana - alagoana) e a revolta do Remexido na região do Algarve, remontam discussões aproximadas e divergentes sobre a construção de uma cidadania polimorfa entre liberais e absolutistas.

Palavras-chave: imprensa; revoltas; cidadania.

Abstract: The periodic emergence of the political battle in Portugal, as the studies of Alfredo Cunha, only occurred in the first quarter of the nineteenth century, stimulated by the Napoleonic invasions or the entry of the revolutionary and liberal ideas in fight against absolutist ideas. Founded it newspapers to defend or attack the independence of Brazil. For Marco Morel and Mariana Barros, the development of political consciousness within the public sphere is marked by significant changes in the political structure of the Iberian Peninsula and its overseas fields. Accordingly, the study of the spaces to form a public opinion in Brazil and Portugal, had like reason the movement as a social challenge Cabanada (Pernambucana - Alagoana) and the Remexido's revolt in the Algarve region, and brought back discussions on different the construction of a citizenship polymorphic between liberal and absolutist.

Keywords: press; riots; citizenship.

*Escrever a história do jornalismo no século XIX seria escrever a história do próprio século.
(Henry Maret)*

Alfredo da Cunha compreende esse século como aquele onde se designou, pela primeira vez, o jornalismo como o “quarto poder”, constituindo-se como a viga mestra que

* Professora Assistente de Cultura Histórica e História do Brasil na Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Agradecimentos especiais a Profa. Dra. Maria da Conceição Meirelles Pereira por supervisionar as pesquisas realizadas nos arquivos em Portugal, durante o período sanduíche junto ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

desfazia as outras três forças. Jules Claretie chamou esse período de “o século dos jornalistas”, já que estes teriam conseguido, na versão de Cunha, que o público aderisse às suas idéias. O surgimento de periódicos de combate político em Portugal, conforme os estudos de Cunha, só ocorreu no primeiro quartel do século XIX, estimulado pelas invasões napoleônicas¹ ou pela entrada das idéias revolucionárias e liberais, em luta contra o ideário absolutista. Fundaram-se ainda folhas para defender ou atacar a independência do Brasil.(CUNHA, 1941).

A pressão exercida pelo regime absolutista até 1820 não impediu totalmente, mas dificultou muito, a importação das inovações revolucionárias inscritas na *Declaração dos Direitos do Homem*, que, no nº XI do seu primeiro artigo, preconizava que todo o cidadão podia falar, escrever e imprimir livremente, ao afirmar que:

A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei. (FERREIRA FILHO, 1973).

Alfredo da Cunha observa que no século XIX raro era o homem de letras ou homem político que não cultivou o jornalismo e nele não conquistou renome, quando, pelo contrário, no século anterior, os grandes prosadores, poetas, oradores ou políticos, raramente se notabilizaram como jornalistas. Há, no entanto, para o autor, uma pessoa que sobressai na imprensa periódica portuguesa do primeiro quartel do século XIX. É o Padre José Agostinho de Macedo², redator de diversos periódicos pró-absolutistas. Cunha ainda afirmava:

Do que não há dúvida é de que a imprensa de parcialidade ou de facção nasceu do embate das idéias liberais com as absolutistas, pois, enquanto estas forem as únicas professadas e predominantes, os periódicos não tiveram, para se desenvolverem e robustecerem na ginástica da discussão, o estímulo da polémica partidária e da controvérsia política. (CUNHA, 1941:162).

¹ O *Diário Lisbonense* (01/05/1809) surgiu como uma imprensa de matriz anti-napoleônica. O *Minerva Lusitana* (1808 -1811) configurava um estilo em voga de imprensa noticiosa, como a maioria dos periódicos portugueses no período das invasões francesas. (TENGARRINHA, 1989: 62).

² Nascido em Beja, em 1761, José Agostinho de Macedo foi frade da Ordem dos Gracianos de onde foi expulso em 1792, porém devido às suas influências políticas conseguiu mais tarde a anulação das sentenças que lhe imputaram, obtendo ainda o *status* de “presbítero secular” por autorização do Arcebispo de Lacedemônia. Foi uma personalidade eloqüente, controversa, libertina e aguerrida na defesa de suas doutrinas. Opôs-se aos ideais da Revolução francesa, aos pedreiros-livres e aos jacobinos. Edita a *Tripa Virada*, a *Tripa: mais uma vez*, a *Besta Esfolada* e o *Desengano*, onde incita o povo contra os liberais. Morre em 1831. (SILVA, 1899; Idem, 1900).

As novas forças no poder em seu combate às arcaicas estruturas do absolutismo preconizavam avanços nos setores da educação e da imprensa como forma de ampliar o alcance das “luzes” sobre um maior contingente populacional que garantisse apoio público à nova ordem liberal. Em razão disso compreende-se a fala de Mousinho da Silveira nas Cortes, por ocasião das discussões sobre os portes de correio e a dificuldade que este acarretaria a circulação dos impressos. Segundo Mousinho:

as armas mais poderosas para combater as idéias anti-constitucionais são os escritos e a imprensa; e na ordem dos escritos impressos, nenhuns são tão lidos como os periódicos; impor tributo sobre eles é fazer com que cheguem a menor número de leitores e tolher que as luzes se espalhem; é o mesmo que não querer que as idéias anticonstitucionais se combatam. (Apud SANTOS, 1979-1º: 71).

Para Joel Serrão, a 2ª fase da imprensa em Portugal (compreendendo da revolução do Porto de 1820 ao final do terceiro quartel do século XIX) deve ser considerada como a imprensa romântica ou de opinião, sendo marcada por sua estruturação como indústria (SERRÃO, s/ d: 246). Nos idos anos de 1823, com a decadência do constitucionalismo português vários representantes liberais rumaram para outros países da Europa, temerosos de represálias. Porém, a emigração não silenciou as vozes de oposição ao absolutismo, verbalizadas nas publicações periódicas:

Redigidos por alguns dos maiores vultos das nossas letras (entre os quais se destacava Garrett), são notáveis, não apenas pela vibração e vigor da linguagem, no mais puro estilo jornalístico de combate, mas igualmente pela apresentação gráfica e cuidada impressão. Foi sem dúvida, uma das mais poderosas armas de que os liberais se serviram nessa luta que, no princípio da emigração, se afigurava com tão fracas possibilidades de êxito. (SERRÃO, s /d: 255).

Segundo Marco Morel e Mariana Barros, o desenvolvimento de uma consciência política no âmbito da esfera pública é marcado por mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios ultramarinos, assim: (...) é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada opinião pública. (MOREL; BARROS, 2003: 17).

No vintismo houve uma vigorosa ampliação da publicação de periódicos nas localidades de Lisboa, Porto e Coimbra, sendo os impressos marcados pela clivagem entre aqueles que defendiam a ordem tradicional e os veículos que difundiam as novas idéias liberais e constitucionais. No primeiro grupo estavam o *Punhal dos Corcundas* e a *Tripa Virada*

e no segundo o *Gênio Constitucional*, o *Astro da Lusitânia*, o *Campeão português em Lisboa* e o *Minerva Constitucional*. (NEVES, 1999: 2).

Embora a circulação dos impressos fosse uma estratégia liberal, vinculada a idéia de transmitir o “saber de uma esfera superior” aos extratos mais baixos da sociedade, difundindo assim idéias constitucionais na luta contra o obscurantismo do absolutismo que “sobrevivia na ignorância dos povos”, a virada contra-revolucionária em Portugal utilizava-se também dos mesmos meios para propagar seu ideário antiliberal. Proliferaram na regência miguelista títulos como *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, redigidos pelo Padre José Agostinho de Macedo, *O Mastigoforo* e *A Contra Mina* de Frei Fortunato de São Boa Ventura, *Defeza de Portugal* do Padre Pereira de Miranda e *O Cacete* do Padre Francisco Recreio, dentre outros (TENGARRINHA, 1989). Os clérigos ultramontanos aliavam ainda o uso dos periódicos e opúsculos aos sermões dominicais, o que facilitava o acesso dos discursos reacionários junto aos analfabetos.

Um dos folhetos absolutistas que se destacou por seu veemente combate à maçonaria compreendida como a força impulsionadora das ações liberais constitucionalistas, foi o *Defensor do Throno e do Altar*, proclamando que:

*Julgamos na presente crise fazer-mos hum serviço ao Público, á Religião, e ao Throno apresentando ao mesmo o quadro fatal das maquinações dos Pedreiros livres, contra a Religião, e contra os Reis extractadas das Memórias anexas á historia do Jacobinismo como se achão escriptas, e impressas por hum Confrade dos mesmos, e sem seguirmos a ordem que elle seguiu na numeração dellas, começaremos por aquella mais interessante a elles, qual a suppressão das Ordens Regulares; por isso mesmo que hindo já a ter effeito no Systema destruído, que regia; se póde affirmar pela veneração que o povo tem ás mesmas Ordens Religiosas, que o effeito foi mais rápido (assim como na Hespanha) para animar o mal alicerçado Edifício, que a Maçonaria intentou erigir em Portugal.*³

O topos “o Trono e o Altar”, enquanto palavra de ordem sucessivamente utilizada no repertório das lutas políticas do oitocentos em Portugal, configura em si a aliança entre a instituição eclesiástica e a Monarquia, numa rede de solidariedade e cooperação mútuas que possibilitasse reprimir qualquer contestação, principalmente oriundas dos ideais filosóficos iluministas, da vaga revolucionária em França e da ascensão dos princípios liberais. De acordo com Luís Machado de Abreu, converter o discurso anticlerical tornou-se o:

princípio orgânico do relacionamento entre a Igreja e o Estado absoluto. Integra e valida, no campo dos princípios, uma concepção de sociedade em que a doutrina da origem divina do poder legitima a Monarquia, ao mesmo tempo que a doutrina da Igreja e a sua actuação na vida da sociedade tendem a ser monopolizadas como instrumento da governação absolutista. (ABREU, 2001: 35).

³ *Defensor do Throno do Altar* nº 1, em 1823 In: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Através do permanente re-avivamento de uma tradição que se assentava em cumplicidades governamentais e pastorais, impunha-se o combate aos que disseminavam através de palavras e obras um ideário disposto a destruição do Antigo Regime, substituindo-o na condução do Estado português por novas bases culturais, sociais e políticas norteadas por “liberdades laicas e representativas”. Instados pelo pânico dessas perspectivas que avançavam na península e haviam sido vitoriosas em parte no movimento *vintista*, as intervenções dos defensores do absolutismo (que assumem a feição miguelista a partir de suas ações políticas contra-revolucionárias) assumem como *leitmotif* de seus discursos a “bandeira da santa aliança entre o Trono e o Altar” contra as “iniquidades” dos postulantes do liberalismo (ABREU, 2001:36-37). Assim, em 28 de maio de 1829, o Bispo do Porto proclama em Carta Pastoral que:

a religião católica ‘segura os Tronos dos Imperantes’ e o monarca D. Miguel I ‘mantém a tranqüilidade pública; contém os povos nos seus deveres, e abate pela raiz as comoções irreligiosas, e anti-políticas dos ferozes ateístas e desorganizadores de toda a ordem social’. (LOUZADA, 1987: 132-133).

O discurso apregoado atribui a religião um papel acentuado na vida moral cotidiana, sendo alicerce fundamental do poder monárquico e da estabilidade vivenciada em sociedade. A igreja oferta a salvação aos fiéis e o Rei assegura a vida aos súditos. A unidade social é garantida pela manutenção de uma “ordem familiar” – a monarquia que os regimes liberais buscam dissolver – na figura paterna do Rei, soberano que personaliza a Nação e em razão disso nenhum outro poder maior pode se lhe impor. Sendo o poder do rei, um “poder paternal”, este não é nunca arbitrário, pois “governa para o bem de seus filhos” e seus castigos são para com os “maus atos” que perturbam a ordem familiar estabelecida. O uso da religião pela monarquia e vice-versa durante o período de dissensões entre miguelistas e liberais na primeira metade do século XIX foi vigorosamente denunciada por um discurso anticlerical que via nessa “aliança primeira” a “manipulação da ignorância dos povos” para que estes não se beneficiassem das novidades contidas na Constituição:

(...) a essas inovações “os partidários do sr. D.Miguel opunham...a Igreja! Um católico não podia ser constitucional, pedir o parlamento, a Carta, a fiscalização da nação no seu governo. O rei aclamado pelos Três-Estados foi divinizado: era o próprio arcanjo S. Miguel mandado por Deus para extermínio dos cartistas como o fora para o terrível castigo dos egípcios; de arcanjo promoveram-no a Messias, chegaram a ver nele o próprio Jesus. O clero regular e secular, em vez de desfazer esta confusão do miguelismo com o catolicismo, explorava-a; foi ele que mais ajudou a alimentar essa demagogia infame do cacete; ele que calou a sua voz não erguendo um protesto contra as forcas, ele que transformou o púlpito em tribuna de comício donde desferiu anátemas contra o sr. D. Pedro e os seus sequazes”. (Apud ABREU, 2001:45).

Apontando a “deturpação” e o “atraso” do discurso eclesiástico que buscava sustentar a monarquia absoluta os liberais configuravam seu discurso anticlerical que propagava a noção dos direitos e deveres da cidadania em oposição a “opressão da obediência”. Não combatiam a igreja ou a religião, mas a “manipulação” desta em nome da causa de um “rei usurpador”.

O panorama de contestação popular nos campos portugueses no período que vai de 1815 a 1844, imiscui-se numa pluralidade de ações e intenções permeadas por ideologias políticas miguelistas, liberais ou necessidades de sobrevivência urgente amiúde revelam-se caminhos de resistência, negociação, mas também adesão a distintas perspectivas.

José Tengarrinha chama a atenção para a existência de *mores* responsáveis por uma coesão no meio rural, capazes de reunir vontades individuais em uma coletividade necessária para a polarização de determinados comportamentos. Essa rede de solidariedades comporta compromissos, cumplicidades, práticas e usos com valores comuns ancestrais da vida local. Sendo os fatores agregadores provenientes de certas características estruturais da agricultura camponesa: os acordos entre vizinhos para a ação simultânea de sementeiras e colheitas, liberando ao mesmo tempo as terras para os pastos; os acordos para usos de baldios e maninhos em comunidades ou conselhos vizinhos, os acertos para utilização coletiva da água e a defesa de animais, plantio e pessoas contra o ataque de animais selvagens. O papel desempenhado pela igreja também agia como outro poderoso fator de coesão entre os grupos rurais através da religião, das festas, das celebrações e dos rituais. (TENGARRINHA, 2006: 80).

À medida que o sistema liberal busca se consolidar as solidariedades horizontais vão sendo substituídas pelas solidariedades verticais, nas quais as camadas pobres da população rural abrandam os levantes contestatórios da ordem local quando obtém benefícios de proteção, dádivas e serviços. O apoio à causa de D. Miguel era visto por boa parte dos homens do campo como possibilidade de preservação dos valores tradicionais enquanto garantia de segurança e estabilidade. A transformação das estruturas políticas ou sócio-econômicas não era planejada, desejavam apenas manter o *modus vivendi* que conheciam e havia sido transmitido de geração em geração lhes permitindo cultivar a terra e prover suas famílias, mas isso não significava também que aceitassem pacificamente a exacerbação da opressão senhorial, pois suas contestações tornavam-se ações de defesa contra essa prática se ela ultrapassasse os limites acordados entre as partes. (Cf. THOMPSON, 2005). Unindo absolutistas e povos das aldeias estavam as aclamações a D. Miguel como rei absoluto, o repúdio a D. Pedro e a Constituição, a invocação da “Santa Religião”, enquanto elementos

integradores do sistema de representações políticas que se entrecruzavam aos modos de vivência campesina cotidiana. (LOUZADA; MONTEIRO, 1982).

O Alentejo e o Algarve foram alvos constantes dos “acertos de contas” empreendidos pela violência que se seguiu após a guerra civil⁴. Nesses dois espaços a subtração da anistia acordada na Convenção de Évora-Monte ficou exposta na série de assassinatos de ex-combatentes miguelistas, como o coronel Martins Mestre, ex-governador da Vila Real de Santo Antonio, que preso em Tavira foi morto nas ruas da cidade. O próprio ex-governador de Tavira, Ludovico José da Rosa, depois de aprisionado foi assassinado pela escolta que o conduzia. Dentre a lista de mortos pelos liberais incluíam-se ainda: o capitão-mor de Alcoutim, Sebastião José Teixeira; o juiz dos órfãos de Tavira, João Evangelista Machado, o capitão de voluntários de Lagos, Theodoro da Silva Antunes e o capitão de ordenanças de Faro, Pedro José Taveira.⁵ Será a personagem alcunhada como “Remexido” (José Joaquim de Sousa Reis), um ex-militar miguelista, que alcançará maior destaque na região Sul de Portugal e em torno de sua liderança considerada ora maldita, ora heróica, erguem-se mitologias que despertarão terror e orgulho para a explicar o prolongamento das atividades guerrilheiras na serra algarviana. “Para muitos, salteador e ladrão, enquanto que para outros, um autêntico ‘Robin dos Bosques’ que tirava dos ricos para dar aos pobres”. (CABRITA, 2005:29).

A vigência do absolutismo em Portugal ocorreu nos quadros de uma nação burocratizada em função de uma revolução burguesa abortada. Herdeiros de tradições ancestrais e de formação continuada em terras lusas, homens e idéias navegavam pelo oceano de contrastes em que se conformou a sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. Uma sociedade marcada pelo latifúndio escravista, pela difusão em grande parte clandestina, de impressos propagadores de correntes de opinião envoltas no liberalismo radical, moderado ou alinhadas ao pensamento absolutista, fugas de escravos e formação de quilombos, medo do haitianismo, questões territoriais indígenas, antilusitanismos, embates entre perspectivas centralistas e localistas nos discursos e ações políticas, atritos entre o Norte e o Sul, conflitos entre liberais exaltados, moderados e restauradores.

O comportamento dos atores sociais de diversas procedências econômicas, sociais e étnicas não esteve imune a uma cultura política de além mar que se por um lado promoveu a coesão entre parte da elite política, também ensejou leituras de mundo diferenciadas nos

⁴ Referência à Guerra Civil em Portugal (1832-1834) entre D. Miguel e D. Pedro em função da crise da sucessão dinástica decorrente da morte de D. João VI e os desacertos em D. Maria da Glória assumir a coroa portuguesa.

⁵ “Relação de alguns assassinatos políticos perpetrados em Portugal pelos liberaes depois da Convenção d’Évora-monte”. (PORTUGAL, 1838: 4-20).

outros participantes do processo histórico do qual participavam. Nas terras brasileiras o movimento do “trono e do altar” também encontraria ressonância em Pernambuco, Alagoas e no Ceará, mas a figura emblemática a ser defendida por esse discurso seria D. Pedro I, cujo trono lhe teria sido “usurpado” pelos liberais no “golpe da abdicação”. Restituir o trono ao ex-Imperador era a premissa de muitos partidários também envolvidos em sublevações.

Cabe chamar a atenção para a “Abrilada”, que à exemplo de Portugal, também ocorreu em Recife como uma sedição militar capitaneada por portugueses em repúdio ao antilusitanismo em voga⁶, e ressaltar igualmente o movimento de guerrilha sob a liderança de Vicente Ferreira de Paula⁷ nas matas de Pernambuco e Alagoas que, guardadas as devidas distinções, estremeceu a ordem do governo central no Rio de Janeiro, tanto quanto as guerrilhas de Remexido nas serras do Algarve incomodaram o governo de Lisboa. Do mesmo modo, em suas cartas, Vicente Ferreira de Paula, proclamava a defesa da “*Santa Religião Católica*” e pelo acampamento rebelde circulavam padres e estrangeiros, dado que pode ser um indicativo da permeabilidade das idéias navegantes.

O contingente militar brasileiro, assim como o exército português no combate a guerrilha do sul do país, enfrentava as mesmas problemáticas relacionadas à indisciplina, precariedade nos fardamentos e armamentos, soldos atrasados, deserções, conflitos internos e desconfianças externas, alterações de comando e inoperância nas decisões. A imprensa configurava em seus escritos um diário da guerra, onde eram expostas as fragilidades de ambos os lados. A mesma imprensa também classificava os Cabanos como: *salteadores, facínoras, hordas de assassinos, ladrões, perversos, bandidos*, dentre outras adjetivações de cunho negativo que constituíam a representação social do homem pobre conflitante com a ordem estabelecida. Constituindo-se como uma via para a repercussão dos embates entre restauradores e liberais, a imprensa pernambucana e alagoana, traz à cena pública, para a visibilidade das cidades, o povo das matas que por muito tempo permaneceu oculto na cultura da cana-de-açúcar.

Por volta de 1834 os cabanos tomam ciência da morte de D. Pedro I na Europa e mesmo assim continuam na guerra, o que talvez explique uma mudança no discurso governista que passa a assumir para si o lema da “*defesa do altar e do thono*” relacionando-o à figura de D. Pedro II, uma vez que no dizer do governo a Cabanada era a: “gloriosa luta em

⁶ A Abrilada portuguesa foi um movimento absolutista liderado por D. Miguel e a brasileira em Recife, uma sedição militar ocorrida em 1832 que teve como uma de suas lideranças Lourenço Torres Galindo que se destacaria na Guerra dos Cabanos, arregimentando forças no interior de Pernambuco.

⁷ Referência a Guerra dos Cabanos (1832-1835) ocorrida ao sul de Pernambuco e norte de Alagoas. Cf. ANDRADE, 2005; LINDOSO, 2005.

q. nos achamos empenhados em defeza da Religião, do Throno do Sr. D. Pedro 2º, e das nossas Liberdades.”⁸ Talvez uma estratégia oficial para que se imprimisse a legitimidade desses símbolos à legalidade do herdeiro do Duque de Bragança e assim pudessem incentivar o despreço ao ex-Imperador e mesmo ao líder Vicente Ferreira de Paula.

Em 1835, escrevia a Portugal com notícias das hostilidades em Pernambuco o Visconsul Joaquim Baptista Moreira. Além da crise deflagrada pela guerra cabana, motins menores como a revolta em Alagoa dos Gatos tiravam o sossego das autoridades, enfraquecendo seu poder de ação e demonstrando as cisões internas entre os grupos políticos locais.⁹

Permeando esse contexto estavam distintos interesses em jogo, manipulações e tentativa de exercício de um domínio efetivo que garantisse a ordem. Ocorreram adesões, resistências e negociações de ambos os lados, como parte integrante de autonomias possíveis resultantes das brechas que se abriam em meio às cisões dos grupos em disputa pelo poder. Como numa casa de espelhos a transmigração de idéias entre Portugal e Brasil adquire a proporção de revelar o igual e o contrário, distorcendo determinadas realidades, sendo por isso necessário olhar para além do que a imagem aparente reflete para que se possam compreender as continuidades e as rupturas em diferenciados tempos e espaços, forjadora de uma cidadania polimorfa.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Luís Machado de. O Trono e o Altar no discurso anticlerical português. In: **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Recife: EDUFPE, 2005.

CABRITA, Aurélio Nuno. O Remexido – Traços biográficos de um homem coerente e fiel aos seus princípios In: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA. **Remexido**. Lagoa / Portugal: NC& G, 2005.

CUNHA, Alfredo. **Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)**. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

FERREIRA FILHO, Manoel G.et alli. Liberdades públicas In: **Textos Básicos sobre Derechos Humanos**. Madrid: Universidad Complutense, 1973.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)**. Maceió: EDUFAL, 2005.

⁸ Ofício do presidente da Província Manoel de Carvalho Paes de Andrade ao presidente da Província de Alagoas, Vicente Tomas Pires de Figueiredo Camargo, em 15/03/1834. In: Acervo Documental Manuel Correia de Andrade.

⁹ Correspondência dos Consulados Portugueses - Pernambuco/ Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Microfilme, Cx. 308 (ofícios de 01 ao 13), doc. 21/01/1835 In: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

LOUZADA, Maria Alexandre. **O Miguelismo (1828-1834)**. O discurso político e o apoio da nobreza titulada. Lisboa: Faculdade de Letras, 1987.

_____.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas). In: PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B. (Coord.). **O Liberalismo na península Ibérica na primeira metade do século XIX**. Portugal: Sá da Costa, 1982.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder. **O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a Independência do Brasil. In: Revista **Tempo**, nº 8, Niterói: UFF, agosto de 1999.

PORTUGAL, João da Cunha Neves Carvalho. **Manifesto dos Realistas Portugueses**. França: s/ e, 1838.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração) In: **Análise Social**, vol. XV (57), 1979-1º.

SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, s/ d.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Memórias para a Vida Intima de José Agostinho de Macedo**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899.

_____. **Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo**. *Cartas e Opúsculos*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica em Portugal**. Lisboa: Caminho, 1989.

_____. Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX) In: **Análise Social**, vol. XLI (178), 2006.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.